

+museu

Boletim do Museu Municipal de Palmela | n.º 25 - mai. 2022/out. 2022

Editorial

Nesta edição do “+ Museu”, partimos de uma fotografia para ler o espaço e interpretar a História. O Largo da Mitra, na margem sul da linha dos caminhos-de-ferro, foi, outrora, um dos locais mais dinâmicos da, então, aldeia de Pinhal Novo. Na sequência das obras de requalificação que aí decorreram, recentemente, foi instalado um equipamento informativo sobre o local e este número divulga o artigo que resultou da investigação realizada, através do cruzamento de várias fontes.

A apresentação de um caso prático de conservação preventiva de peças medievais em ferro forjado, do acervo do Museu Municipal de Palmela, vem sublinhar a importância do ato de documentar e registar a atividade humana em contexto de obra, onde a arqueologia opera, muitas vezes, em grande esforço, face ao estado em que os objetos se encontram.

Os mais recentes recursos pedagógicos do Serviço Educativo também justificam um olhar atento nesta edição. Desta feita, um filme sobre o Castelo de Palmela e um jogo digital sobre Hermenegildo Capelo, que pretendem ser mais uma ferramenta para, de forma lúdica, dar a conhecer e sensibilizar para a história e salvaguarda do património cultural.

Património que é dissecado no artigo sobre a Heráldica de Palmela no período Medieval, podendo presumir-se, segundo o autor, que fosse elemento identitário subordinado à Ordem de Santiago.

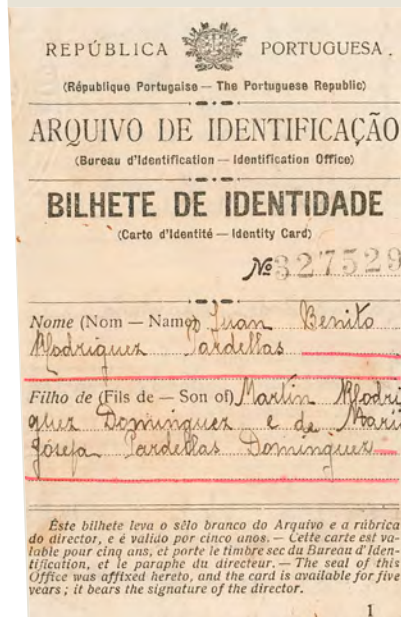
A Igreja de Santiago, no Castelo de Palmela, acolheu, nos últimos meses, a mostra fotográfica “Aquadutos de Portugal”, da autoria de Pedro Inácio. Figura, nesta seleção de estruturas construídas entre os séculos XVI e XIX, o Aqueduto dos Arcos de Setúbal, do reinado de D. João II. É, sem dúvida, um elemento marcante na paisagem da cidade, que conserva dois troços principais, num percurso com vários quilómetros desde as nascentes, situados no Concelho de Palmela.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas assumem a salvaguarda do património cultural (material e imaterial) como um recurso essencial para a adaptação aos efeitos das Alterações Climáticas. Elas existem e sentimos, já, os seus efeitos dramáticos nas nossas vidas. Mas muito podemos fazer, ainda, para as mitigar, com compromisso quotidiano e maior consciência do nosso papel e impacto no mundo. Em Palmela, o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, este ano, dedicado ao tema “Património e Clima”, e o Dia Internacional dos Museus, sob a divisa “O Poder dos Museus”, tiveram esta exposição como mote. Um pretexto adequado para sublinhar a absoluta necessidade de nos implicarmos, de facto, na alteração dos comportamentos e nas mudanças que ambicionamos.

O Presidente da Câmara



Álvaro Manuel Balseiro Amaro



Em investigação...

Este artigo pretende, tendo como ponto de partida uma fotografia, fazer a leitura de um lugar à época. A observação da imagem, da autoria de Raul Gamos Gouveia, datada de 9 de janeiro de 1946, foi o primeiro passo que nos levou por uma investigação que cruzou várias fontes.

Largo da Mitra, Pinhal Novo



Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, Pinhal Novo
9 de Janeiro de 1946
Autor da fotografia: Raul Ramos Gouveia

Esta era uma das áreas mais movimentadas de Pinhal Novo, em meados do século passado, pela proximidade à antiga Estrada dos Espanhóis, a principal zona de comércio à época, por onde transitavam também os mercados do gado. Estava próximo ao local de atravessamento pedonal da linha. A primeira ponte foi construída em 1939. Esta estrada vai até ao Tejo, na Moita. Na placa toponímica está inscrito *Antiga Estrada dos Hespahnóis*.

A MOAGEM DE JOÃO AUGUSTO BALTAZAR PARREIRA

Do lado esquerdo, o muro e o edifício de primeiro andar constituíam parte da moagem de João Augusto Baltazar Parreira, antigo Vereador na Câmara Municipal de Palmela, após a Restauração do Concelho em 1926. Como refere José Manuel Cebola, era *“pessoa dedicada à Sociedade Filarmónica União Agrícola, foi elemento de diversas Direções até à década de 1950. Em 1946 adquiriu, de parceria com o irmão José, a fábrica de moagem. Depois de desfeita a sociedade, ficaria como único proprietário até ao final da sua vida. João Augusto Baltazar Parreira [nasceu em 1898 [e] faleceu em 1962.”*¹

A moagem *“entrou em funcionamento no início do século XX, sendo seu proprietário Frederico Augusto Silva. Local onde os habitantes das redondezas levavam os cereais que, depois de transformados em farinha, serviam para fazer o pão com que as famílias se alimentavam. O segundo proprietário da moagem foi Sotto Mayor que casou com a herdeira de Frederico Silva. O último foi João Augusto Parreira. Para além de outros empregados, destacamos os moleiros que, durante cerca de sessenta anos, deram vida à moagem: Manuel Ferreira, Manuel Oliveira, Costa e Acácio Pimenta. Encerrou em 1963 e situava-se entre a via-férrea e a Estrada dos Espanhóis, frente à Mercantil.”*²

Posteriormente, foi construída a *“Cooperativa de*

*Consumo Popular Pinhalnovense, [Coopinhal] mais tarde denominada Pluricoop”.*³ A Coopinhal foi inaugurada a 27 de Março de 1977.^{4 5}

Em 1990 foi fundada a Pluricoop, que integrou a Coopinhal de Pinhal Novo, tendo iniciado a sua atividade económica em 1992. A empresa entrou em insolvência em Maio de 2011, em resultado da crise económica de 2008.⁶

O EDIFÍCIO DA FAMÍLIA BRINCA

No outro lado da antiga Estrada dos Espanhóis, na esquina do edifício da família Brinca, funcionava a barbearia de Américo Rodrigues, posteriormente de Álvaro Amaro. Uns metros à frente, a mercearia de António Mestre, onde é hoje a actual barbearia de Álvaro Amaro. No primeiro piso, durante a década de 1940, nesta casa havia quartos para arrendar.

O CAFÉ DE MAXIMINO NOGUEIRA DE FARIA

No fundo, à direita, no primeiro andar, habitava Maximino Nogueira de Faria, Regedor do Pinhal Novo entre 1947 e 1953.

Era filho de Augusto Nogueira de Faria. Este consta da lista de Fundadores da SFUA, Sociedade Filarmónica União Agrícola de Pinhal Novo, em 6 de Dezembro de 1896.^{7 8}

Maximino Nogueira de Faria nasceu em 27 de Dezembro de 1910 e faleceu em Setúbal a 7 de Dezembro de 1984. Foi Presidente da Direção da SFUA durante quatro mandatos, nos anos de 1953, 1954, 1965 e 1966.

A Família Faria era a mais abastada das famílias fundacionais de Pinhal Novo, que se estabeleceram na segunda metade do séc. XIX. Maria da Silva Faria ofereceu o terreno para o Cemitério Antigo de Pinhal Novo, inaugurado em 1925 por Manuel Godinho de Matos. A família de Manuel Godinho de Matos era natural de Ansião.

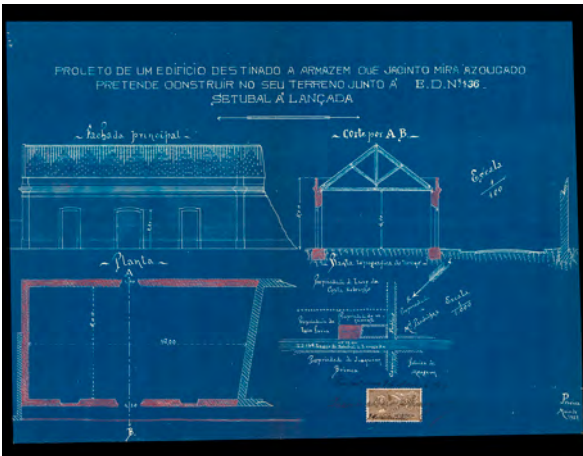
Em baixo, o Café do Maximino e, mais tarde, o Café do Zé Feijão e o Café do Zé Nabo. Trata-se de um edifício com projeto dos anos de 1920 e construído durante as décadas de 1930 e 1940.

Sobre o Maximino, refere o poeta Samuel da Costa Xavier de Pinhal Novo: *“Maximino, tio Emídio/ Galego e Capareira/ Eram tavernas de fama/ A vender vinho à terceira”.*⁹

A MITRA DOS AZOUGADOS

Do lado direito da antiga Estrada Nacional 252, logo após o cruzamento com a antiga Estrada dos Espanhóis, a Mitra, edifício branco com portas à esquina da família de Júlio Mira Azougado, um projeto de construção de 1922.

Jacinto de Mira Azougado era o irmão mais novo de Joaquim de Mira Azougado, originários da Freguesia de Monte Trigo, Concelho de Portel. Este Joaquim era pai de Júlio Mira Azougado que nasceu em Évora, na Freguesia da Sé, cerca de 1886, e faleceu em Pinhal Novo em 01 de Junho de 1941. Júlio de Mira Azougado foi Regedor de Pinhal Novo poucos anos antes de falecer. Teve dois filhos. Jacinto Júlio Azougado que casou com a filha de Henrique Bento. O outro filho, Júlio de Jesus Azougado, ficou conhecido como Júlio Azougado da Taberna da Mitra.



Projecto de um edifício destinado a armazém
Jacinto Mira Azougado Pinhal Novo 09 Maio 1922
Arquivo Municipal de Setúbal
PT/AMSTB/CMSTB/L-F/001/0004827/98:1922/0001

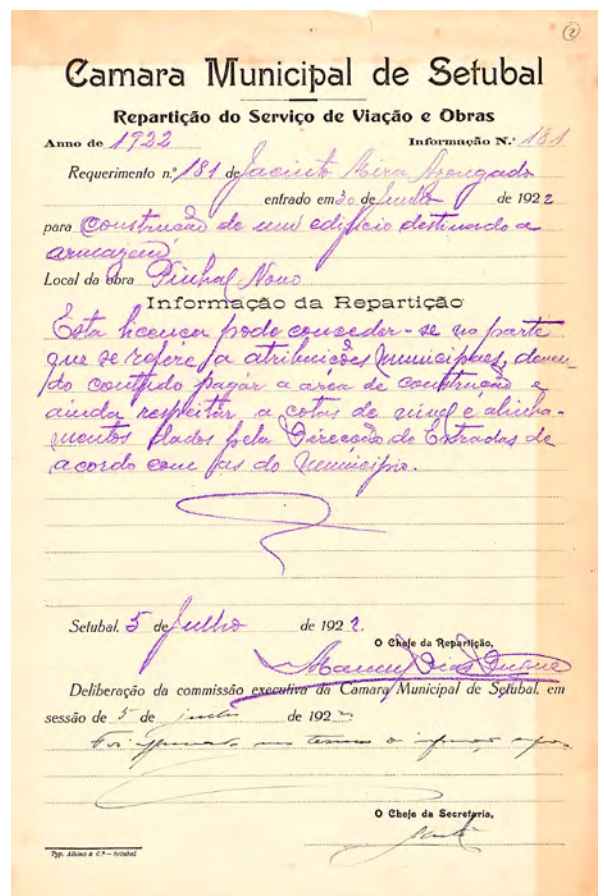
Neste “projecto de um edifício destinado a armazém que Jacinto Mira Azougado pretende construir no seu terreno junto à Estrada Distrital N.º 136 – Setúbal à Lançada”, temos o aspecto da Fachada principal, com uma cota de altura das portas de 2,80 m. No “Corte por A B”, no interior, temos um pé direito de 4,10 m e a altura exterior até à platibanda é de 5,00 m. A “Planta” apresenta-nos uma dimensão interior de 8,00 por 16,00 m. O armazém teria uma área de 128 m². A porta de entrada do lado da estrada teria uma frente de 1,20 m e a porta das traseiras, que daria para o “Quintal da Mitra”, teria uma largura de 1,10 m. A estampilha do Imposto de Selo de 0\$30 centavos está assinada por Jacinto Mira Azougado, em Pinhal Novo a 9 de Maio de 1922, e o “Projecto” assinado por “Pereira”, em Maio de 1922.



Projecto de um edifício destinado a armazém
Jacinto Mira Azougado Pinhal Novo 09 Maio 1922
Planta topográfica do terreno
Arquivo Municipal de Setúbal
PT/AMSTB/CMSTB/L-F/001/0004827/98:1922/0001 [pormenor]

Neste pormenor do projecto temos a “Planta topográfica do terreno”. Ao canto superior direito, a orientação Norte – Sul, curiosamente com a seta apontando para Sul, bem como a escala de 1:1000. No topo, à esquerda, a referência à “Propriedade

de Luiz da Costa Sobrinho”, mais abaixo, também à esquerda, a referência à “Propriedade de Luiz Faria”, no lugar onde seria construída a casa onde viria a habitar Maximino Nogueira de Faria. À direita deste espaço, por sobre a mancha assinalada a vermelho, a referência à “Propriedade do requerente”, Jacinto Mira Azougado. À direita, a seguir ao “Caminho Público”, surge a “Propriedade de Manuel Pardelhas”, junto ao lugar onde seria construído o edifício da Sociedade Mercantil Panificadora, Limitada. Um dos principais sócios era Juan Benito Rodriguez Pardellas. A designação de “Caminho Público” torna-se interessante, pois trata-se da “Antiga Estrada dos Hespanhóis”, actual Rua Infante D. Henrique. Abaixo temos a antiga “Estrada Distrital N.º 136. Lanço de Setúbal à Lançada. O K: 12.900”. Em 1922, Pinhal Novo integrava o Distrito de Lisboa até à criação do Distrito de Setúbal a 22 de Dezembro de 1926. Depreende-se que a localização da “Propriedade do requerente” ficaria ao Km 12,900 da referida Estrada Distrital N.º 136. Mais tarde, seria Estrada Nacional 252 e actualmente é Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Abaixo temos a referência à “Propriedade de Joaquim Brinca”, no lugar onde seria construído o “edifício da Família Brinca”. Finalmente, à direita, em baixo, a referência à “Fábrica de Moagem”, que viria a ser de João Augusto Baltazar Parreira.



Informação sobre Requerimento de Jacinto Mira Azougado para construção de um edifício destinado a armazém em Pinhal Novo, Setúbal, 05 Julho 1922
Arquivo Municipal de Setúbal
PT/AMSTB/CMSTB/L-F/001/0004827/98:1922/0002

Em 1922, o lugar de Pinhal Novo integrava a Freguesia de São Pedro da Vila de Palmela e o Concelho de Setúbal. A restauração do Concelho de Palmela é conseguida em 1926 e a criação da Freguesia de Pinhal Novo em 1928.

Refere a Informação da Repartição do Serviço de Viação e Obras que: *“Esta licença pode conceder-se na parte que se refere a atribuições municipais, devendo contudo pagar a área de construção e ainda respeitar a[s] cotas de nível e alinhamentos dados pela Direcção de Estradas de acordo com as do Município.”*

Sobre a Escritura de constituição da Sociedade da família dos Azougados, da Taberna da Mitra, refere José António Cabrita, que *“nos primeiros dias de Dezembro de 1917, Jacinto de Mira Azougado e um sobrinho, de nome Júlio Mira Azougado, aquele anotado como proprietário, este, como comerciante e ainda solteiro vinham «negociado até agora em sociedade irregular», num estabelecimento que mantinham no sítio de Pinhal Novo. Decidiram então constituir uma sociedade, que adoptou «a firma Azougado & Sobrinho» que tinha como «objeto o comércio de vinhos, azeites, cereais e outros géneros similares». A sede mantinha-se em Pinhal Novo e o capital social foi de «seis mil escudos», dividido em partes iguais, e inteiramente «realizado em géneros e utensílios existentes no estabelecimento» já existente. A escrituração da sociedade ficava a cuidado de Júlio, provavelmente porque entre outras qualidades que o aconselhariam para tais funções, ele sabia escrever, ao contrário do que acontecia com o seu tio, e sócio. (...) Assim decidiram e celebraram escritura num notário com escritório em Setúbal, num primeiro andar da Praça de Bocage”.*¹⁰



Imagem cedida por José Manuel Cebola
Inscrição no verso: *“Levantamento topográfico de José Manuel Cebola
Perspetiva de T. Pinto. Ano de 2001”*

O Armazém foi construído após a Taberna.

As primeiras portas, na imagem, eram a Taberna onde, defronte, todos os domingos decorria a *“Praça dos Homens”*. Os encarregados contratavam os trabalhadores à jorna para os trabalhos rurais. Neste local foi assassinado Manuel Dias, que era guarda de campos, como conta a poesia de Aníbal de Sousa,

“... o terror espreitava/ E quando ninguém contava/ O sangue pelo chão correu:/ Alguém puxou da navalha/ Num gesto feroz, canalha/ E logo um homem morreu!”

Manuel Dias era avô de Amândio Dias que foi dono de um grupo chamado Fidenete. Tinha instalações no Alto do Carvalhinho. Foi durante muitos anos Presidente do Clube Desportivo Pinhalnovenense.

A taberna situava-se no cruzamento, na esquina sudoeste, entre a antiga Estrada dos Espanhóis e a antiga Estrada Municipal 252 que seguia em direção a Palmela.

Os portões altos, com lintel curvo em cima, eram as entradas para o Armazém, de construção posterior à taberna, onde se guardava fardos de palha e, certamente, vinho para a Taberna. Nas traseiras do edifício situava-se o quintal com capoeiras, pombal e um telheiro, de chapa ondulada, que servia de abrigo a quem não tinha onde passar a noite. Nascia assim a designação de *Quintal da Mitra*, talvez por inspiração do Albergue da Mitra para os indigentes sem-abrigo, em Lisboa.

O poeta Samuel escreveu: *“Grande taverna era a Mitra/ Até no quintal haviam/ Roupas velhas para tapar/ Os pobres que lá dormiam”.*¹¹

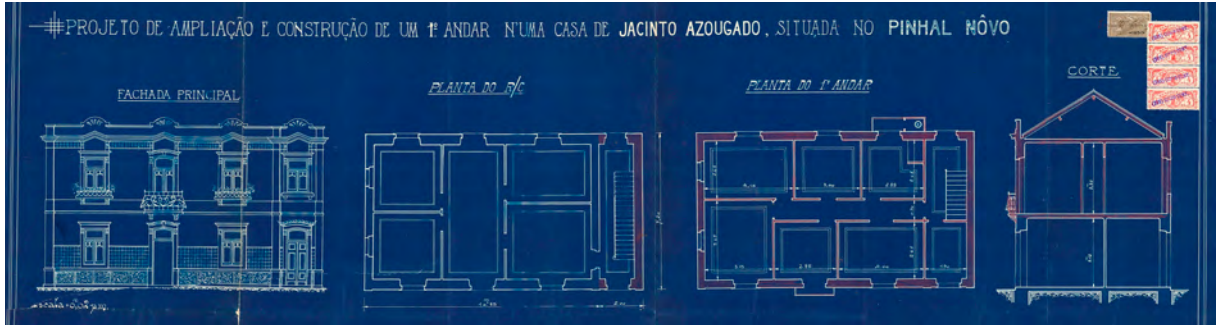
Conta ainda Samuel, sobre alguns dos habituais frequentadores das noites no Quintal da Mitra: *“Bicho Homem, O Lisboa/ Calha Bem e Tabernica/ Eram uns pobres de Deus/ Mas sua memória fica”.*¹² Alguns dos antigos moradores recordam-se do proprietário despojar as capoeiras, de modo a torná-las uma espécie de albergue onde os mais desfavorecidos passavam a noite, a troco de algumas moedas.

Durante a década de 1950, montavam um redondel onde se faziam as lides de touros à maneira popular. Tinha até umas bancadas de madeira amovíveis.

A Mitra era uma *“taberna afamada. Local onde os trabalhadores rurais faziam os seus contratos para a semana seguinte e onde quase sempre havia rixas. A origem do nome está ligado à «assistência» que dava aos pobres que precisavam de abrigo para pernoitar. No quintal havia demonstrações de jogo do pau. Mais tarde, nos anos 50, foi montado um redondel, onde aos Domingos de mercado os aficionados mostravam os seus dotes. Estas garraizadas eram organizadas pelos Bombeiros Voluntários que precisavam de angariar fundos para o início da Associação”.*¹³

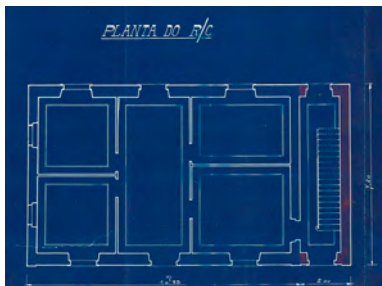
As demonstrações de jogo do pau no Quintal da Mitra contavam com a presença de Henrique Margarido, que *“começou a praticar o jogo do pau no início dos anos 20, tendo atingido tal destaque na modalidade que era considerado professor. Um dos locais habituais para demonstrações era o quintal da Mitra. (...) Ferroviário de profissão, Henrique Domingos Margarido [nasceu em 1899 e] faleceu em 1955”.*¹⁴

AS CASAS DOS AZOUGADOS



Projecto de ampliação e construção de um 1.º andar Jacinto Azougado, Pinhal Novo, 1923
Arquivo Municipal de Setúbal | PT/AMSTB/CMSTB/
L-F/001/0004828/82:1923/0002

Em 1923, era submetido à Câmara Municipal de Setúbal o “Projeto de Ampliação e Construção de um 1.º andar n’uma casa de Jacinto Azougado, situada no Pinhal Novo”.



Projecto de ampliação e construção de um 1.º andar Jacinto Azougado, Pinhal Novo, 1923 Planta do R/C
Arquivo Municipal de Setúbal
PT/AMSTB/CMSTB/L-F/001/0004828/82:1923/0002 [pormenor]

O projecto apresenta uma requintada fachada principal, uma planta do rés-do-chão com cinco divisões, uma planta do primeiro andar com mais sete divisões e um corte que revela generosos pés-direitos, quer no rés-do-chão, quer no primeiro andar, com 3,12 m e 3,25 m, respectivamente.



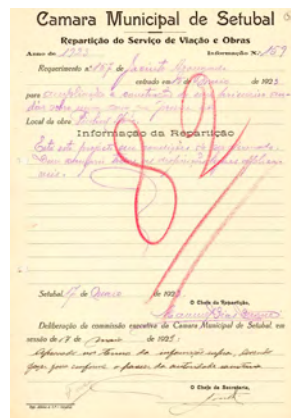
Projecto de ampliação e construção de um 1.º andar Jacinto Azougado, Pinhal Novo, 1923 Fachada principal
Arquivo Municipal de Setúbal
PT/AMSTB/CMSTB/L-F/001/0004828/82:1923/0002 [pormenor]

De acordo com a apreciação do arquitecto Luís Amaro, a fachada principal apresenta, de forma ecléctica, motivos de inspiração do estilo Arte Nova e da arquitectura neoclássica italiana.

Os frontões sobre as janelas do primeiro piso, as pilastras, o friso que divide o piso de cima do piso de baixo, as cornijas decorativas salientes com os frisos, os cunhais marcados e a simetria são elementos neoclássicos, bem como o acabamento rústico do soco da casa em baixo. As ferragens da varanda da janela de sacada do primeiro piso, os elementos decorativos sinuosos de curva e contracurva, dinâmicos, com movimento floral livre, o friso de azulejos por baixo da cornija do piso de cima e as repartições das vidraças nas janelas são características da Arte Nova. Este estilo palaciano ecléctico que integra elementos que vinham do séc. XIX com elementos do início do séc. XX é característico desta época.

As dimensões da casa surgem nas cotas da frente do edifício, com 10,85 m, a que acresce mais 2,00 m para a frente da entrada principal. A largura de 7,20 m, na empena lateral direita.

A importância destas medidas prende-se com a coincidência exacta com as medidas das “Casas dos Azougados”, ainda assim recordadas, na Rua Padre José Estevens Dias, 51 a 55, em Pinhal Novo. Faz esquina com a Rua Júlio Dinis. As medidas coincidem com a frente da metade esquerda da casa existente, bem como com a da frente da porta principal, ao centro. A largura da casa no projecto coincide com a largura da casa existente na Rua Júlio Dinis.



Informação sobre Requerimento de Jacinto Azougado para “ampliação e construção de um primeiro andar sobre uma casa que possui em Pinhal Novo”. Setúbal, 17 Maio 1923
Arquivo Municipal de Setúbal
PT/AMSTB/CMSTB/
L-F/001/0004828/82:1923/0004

A Informação da Repartição do Serviço de Viação e Obras, em resposta ao Requerimento de Jacinto Azougado, refere que “está este projecto em condições de ser aprovado. Deve cumprir todas as disposições legais aplicáveis.” Foi “aprovado nos termos da informação supra, devendo fazer fossa conforme o parecer da autoridade sanitária” conforme “deliberação da comissão executiva da Câmara Municipal de Setúbal em sessão de 17 de Maio de 1923.”



Casas dos Azougados
Rua Padre José Estevens Dias, 51 a 55, Pinhal Novo
Esquina com a Rua Júlio Dinis

De acordo com José António Cabrita, nas suas *“Notas para uma aproximação à família Azougado, em Pinhal Novo”* [apontamentos de investigação], Jacinto de Mira Azougado (Monte Trigo, 05-05-1860 – Pinhal Novo, 09-01-1932) casou em Palmela, em 22 de Junho de 1896, com Maria de Jesus [Faquinha] (Palmela, 24-01-1876 – Pinhal Novo, 08-12-1917). Neste casamento nasceram duas filhas que chegaram à idade adulta, Maria Jacinta de Mira Azougado (Pinhal Novo, 09-02-1902 – Lisboa, 27-03-1971) e Joaquina de Mira Azougado (Pinhal Novo, 12-02-1905 – Lisboa, 23-09-1983) que casou em Pinhal Novo, em 3 de Maio de 1928, com Diogo Rogério dos Reis Themudo (Lagos, 30-03-1902 – Lisboa, 16-01-2000).

O fotógrafo Abílio Neves de Pinhal Novo registou, em 1993, duas imagens que nos permitem ver todo o quarteirão com a sequência das várias *“Casas dos Azougados”*, como ainda são recordadas. Na extrema norte do quarteirão erguia-se uma outra casa com ampla dimensão que, provavelmente, seria propriedade do irmão Joaquim de Mira Azougado (Monte Trigo, 22-10-1857 – Pinhal Novo, 08-05-1934). Joaquim era o pai de Júlio de Mira Azougado (Évora, Sé, ca. 1886 – Pinhal Novo, 01-06-1941) que constituiu Sociedade com o tio Jacinto na gestão da Taberna e Armazém, ainda hoje recordados como a *“Mitra dos Azougados”*.

Quando é submetido o *“Projeto de Ampliação e Construção de um 1º andar n’uma casa de Jacinto Azougado, situada no Pinhal Novo”*, aprovado em sessão de 17 de Maio de 1923, o requerente é viúvo desde 1917 e tinha duas filhas solteiras, Maria Jacinta e Joaquina, com 21 e 18 anos, respectivamente.

De acordo com o projecto, é possível que o existente corresponda à metade esquerda das *“Casas dos Azougados”* na Rua Padre José Estevens Dias, 51 a 55, em Pinhal Novo, que faz esquina com a Rua Júlio Dinis. Como já foi referido, as dimensões da planta do rés-do-chão no projecto e as do existente correspondem.

O projecto poderá ter evoluído para uma solução em extensão, em simetria, em vez de em altura, para o primeiro andar, como inicialmente previsto ou, tão simplesmente, não ter sido executado.

No existente verifica-se a existência de um aproveitamento de sótão, com uma janela lateral e uma outra de águas-furtadas.

O estilo requintado da fachada principal apalaçada no projecto, com motivos de Arte Nova, poderá ter cedido lugar a uma solução mais sóbria, mais rústica, mais de acordo com o existente. A planta do rés-do-chão, em si, constitui uma solução menos elaborada, menos requintada do que a apresentada na planta do primeiro andar.

À semelhança do projecto, encontramos no existente alguns elementos neoclássicos, como o frontão sobre a porta principal ao centro, as cornijas decorativas salientes com os frisos, os cunhais marcados, a simetria e o acabamento rústico do soco da casa em baixo.

OS GALEGOS

Do lado direito existia o espaço comercial dos Galegos, onde se vê uma janela de águas-furtadas. Na porta da esquina era a padaria da Dona Isilda, casada com um dos Galegos de segunda geração, seguida de mercearia, taberna, loja de fazendas e adega. O edifício sofreu um incêndio na década de 1960. Por essa altura, a *“Mitra dos Azougados”* já havia caído, sem que funcionassem mais o Armazém e a Taberna.

Sobre os Galegos, refere o poeta Samuel: *“Os Galegos, os Parreiras/ O João Mouco, o Rabinha/ Eram os padeiros da fatura/ Que todo este povo tinha”*.¹⁵

A MERCANTIL

Existia, ainda neste local, o edifício da Sociedade Mercantil Panificadora, Limitada, conhecida pela *“Mercantil”*. Um dos principais sócios era Juan Benito Rodriguez Pardellas, nascido em 1882, no Concelho de Covelo, Província de Pontevedra, na Galiza, em Espanha.

¹CEBOLA, José Manuel (2005). O nosso sítio. “Memórias”, “João Augusto Baltazar Parreira”, [Pinhal Novo]: Edição do autor

²CEBOLA, José Manuel (2005). O nosso sítio. “Memórias”, “A Moagem”, [Pinhal Novo]: Edição do autor

³Mpart música participada. Departamento de Comunicação e Arte. Universidade de Aveiro. (2021). Grupo Coral da Coopinhal.

Consultado em 01.02.2022, 16:30 http://tiny.cc/Coopinhal_Pluricoop

⁴Pluricoop - Setúbal, Assinala aniversários da Delegação Local do Pinhal Novo, rostos.pt, o seu diário digital, 22.03.2007, 12:02.

Consultado em 08.11.2021, 14:25 <https://www.rostos.pt/inicio2.asp?mostra=2&cronica=120621>

⁵Mpart música participada. Departamento de Comunicação e Arte. Universidade de Aveiro. (2021). Grupo Coral da Coopinhal - Pinhal Novo /Periódicos /Tríplice

Aniversário da Coopinhal Consultado em 18.02.2022, 14:30 http://tiny.cc/Fundacao_Coopinhal

⁶Wikipédia. A enciclopédia livre. (2021). Pluricoop. Consultado em 08.11.2021, 14:35 <http://tiny.cc/Pluricoop>

⁷Mpart música participada. Departamento de Comunicação e Arte. Universidade de Aveiro. (2021). Sociedade Filarmónica União Agrícola - Pinhal Novo.

Consultado em 08.11.2021, 15:00 http://tiny.cc/SFUA_Pinhal_Novo

⁸Município Palmela- Início /Viver /Museu e Património /Património Cultural /Património Histórico, Escultórico e Edificado /Pinhal Novo.

Consultado em 04.05.2022, 06:10 Coreto da SFUA - Sociedade Filarmónica União Agrícola de Pinhal Novo - CM Palmela (cm-palmela.pt)

⁹Samuel da Costa Xavier, poeta de Pinhal Novo, in CEBOLA, José Manuel (2005). O nosso sítio. “Memórias”, [Pinhal Novo]: Edição do autor

¹⁰José António Cabrita, Apontamentos de Investigação.

¹¹Samuel da Costa Xavier, poeta de Pinhal Novo, in CEBOLA, José Manuel (2005). O nosso sítio. “Memórias”, [Pinhal Novo]: Edição do autor

¹²Samuel da Costa Xavier, poeta de Pinhal Novo, in CEBOLA, José Manuel (2005). O nosso sítio. “Memórias”, [Pinhal Novo]: Edição do autor

¹³CEBOLA, José Manuel (2005). O nosso sítio. “Memórias”, “Mitra”, [Pinhal Novo]: Edição do autor

¹⁴CEBOLA, José Manuel (2005). O nosso sítio. “Memórias”, “Henrique Margarido”, [Pinhal Novo]: Edição do autor

¹⁵Samuel da Costa Xavier, poeta de Pinhal Novo, in CEBOLA, José Manuel (2005). O nosso sítio. “Memórias”, [Pinhal Novo]: Edição do autor

REPÚBLICA PORTUGUESA
 (République Portugaise — The Portuguese Republic)

ARQUIVO DE IDENTIFICAÇÃO
 (Bureau d'Identification — Identification Office)

BILHETE DE IDENTIDADE
 (Carte d'Identité — Identity Card)

N.º 327529

Nome (Nom — Name) Juan Benito Rodriguez Pardellas

Filho de (Fils de — Son of) Martin Rodri- guez Dominguez e de Maria Josefa Pardellas Dominguez

Este bilhete leva o selo branco do Arquivo e a rubrica do director, e é valido por cinco anos. — Cette carte est valable pour cinq ans, et porte le timbre sec du Bureau d'Identification, et le paraphe du directeur. — The seal of this Office was affixed hereto, and the card is available for five years; it bears the signature of the director.

1

Mais tarde, em cima, passou a existir a escola, onde funcionavam as salas de aula. Nas traseiras do edificio era a zona de recreio. As Sabatinas eram provas de competição de conhecimentos que tinham lugar à época. Em baixo, o salão de baile da Sociedade Recreativa Literária e Musical, fundada cerca de 1937 e vocacionada para o teatro de revista à portuguesa. A Sociedade também era conhecida como "Rasga a Manta" ou "os Lagartos" porque os dirigentes eram pessoas da família Lagarto. Em agosto de 1945, verifica-se a fusão da Sociedade com o União Foot-Ball Clube Pinhalnovenso, donde resulta o Clube Desportivo Pinhalnovenso.

O edificio da "Sociedade Mercantil Panificadora, Limitada", que a foto não mostra, foi um projecto de 1923, assinado pelo engenheiro Manuel Joaquim de Oliveira.

Nuno Neto Monteiro
 Técnico Superior
 Município de Palmela

O autor não segue as normas do Acordo Ortográfico em vigor

Natural de (Né à — Born at) Lisboa

Data do nascimento (Né le — Date of birth) 24 de agosto (août — august) de 1886

Profissão (Profession) proprietario

(nacionalidade) espanhola

Altura (Taille — Height) 1,65

Olhos (Yeux — Eyes) castanhos

Cicatrices (Cicatrices — Scars)

Lisboa, a 1 de abril de 1929

Rúbrica do Director do Arquivo

Impressão do indicador esquerdo

Empreinte de l'indicateur gauche

Print of the left fore finger

ASSINATURA DO PORTADOR (Signature du Titulaire — Owner's Signature)

Juan Benito Rodriguez Pardellas

Esta página é reservada à inscrição de regalias ou isenções especiais, autenticadas por quem de direito. Art.º 4.º do Dec. 16.366 de 18 de Janeiro de 1929

Secretaria do Governo Civil de Lisboa, 11 de Junho de 1929

Esc. 75

O SECRETARIO GERAL

Este emolumento tem validade para a exp. de 1 ano a contar da data da emissão

LISBOA GOVERNO CIVIL DO PARTILHO DE LISBOA

N.º 10 L. 1.

Visto 3am para a certidão para 180 am.

Salvador 30 de Junho de 1929

O Director

Tip. do Informatório C. de Lisboa P.º Ant.º de Oliveira

2

3

Bilhete de Identidade de Juan Benito Rodriguez Pardellas
 Imagem cedida por João Carlos Soeiro Pardelhas Bento, bisneto
 Visto pelo Administrador do Concelho de Palmela
 Capitão Clemente José Juncal
 Palmela, 30 de Janeiro de 1930

Em destaque...

A importância da conservação preventiva no contexto arqueológico: caso prático de peças medievais em ferro forjado do Museu Municipal de Palmela

Na atualidade, assistimos a um aumento significativo de obras públicas e privadas nas cidades e municípios por todo o país. Este fenómeno, que abrange as malhas urbanas classificadas, levou, por exigência legal, à grande ascensão da atividade arqueológica, provocando um grande impacto no volume de material arqueológico exumado que excede a capacidade de depósito nas próprias instituições públicas, além de permanecerem abandonados, sem planos de conservação ou monitorização.

A atividade arqueológica, ligada à dinâmica da construção civil, trabalha com limitações económicas e temporais, sendo que a conservação e restauro do espólio escavado não é contemplado nestes projetos. Somos conscientes de que, em contexto de obra, a arqueologia opera com grande esforço para documentar e registar a atividade humana do nosso passado. No entanto, devemos pensar na importância da preservação e investigação do material em si, pois, se não, questiona-se o próprio sentido da Arqueologia. É por este motivo que a figura do conservador-restaurador associado aos trabalhos arqueológicos parece-nos fundamental, complementando-se mutuamente, numa perspetiva conjunta de interdisciplinaridade entre conservador-restaurador e arqueólogo, que só pode beneficiar a favor do espólio patrimonial.

CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO

Para evitar esta perda de informação inerente à deterioração das peças é de vital importância o papel da conservação preventiva, tanto no imediato, como a longo prazo. Neste sentido, a função do conservador-restaurador no imediato é controlar e mitigar todas as drásticas transformações que as peças sofrem ao serem removidas do contexto onde se mantiveram preservadas durante séculos, uma vez que existe um choque atmosférico ao serem extraídas do solo. Este choque envolve alterações físicas, nomeadamente, a exposição à luz, mudança de temperatura e do nível de humidade; e alterações químicas, como a exposição ao oxigénio, dióxido de carbono, microrganismos, entre outros. Todas estas alterações vão potenciar processos de migração de sais solúveis, de condensação e evaporação, de dilatação e contração que, numa reação em cadeia, provocam danos como fissuras, fraturas, laminações, lacunas, corrosões e, até, o próprio colapso

estrutural das peças.

Além de todas estas condicionantes, há que ter ainda em conta os materiais e a técnica de fabrico, visto que um ferro forjado não reage da mesma forma que um ferro fundido, assim como uma cerâmica produzida manualmente não se comporta como uma produzida a torno. Todos estes fatores devem ser tidos em conta no processo de exumação e posterior tratamento preventivo, que deve ser realizado com a maior brevidade possível, já que a informação que se pode obter dos objetos arqueológicos pode ficar comprometida.

No momento prévio à extração, o conservador-restaurador deverá avaliar se a peça necessita de um *facing*, que consiste na fixação de uma ou várias camadas de gaze envolvendo a peça, sempre utilizando um adesivo reversível, não permitindo oscilações mecânicas durante o manuseamento da mesma.

No pós-extração convém que a peça tenha um tratamento de limpeza superficial a fim de eliminar a sujidade aderida, que uma vez seca, também pode favorecer alguns danos mecânicos.

Por outro lado, para se promover uma secagem mais lenta dos materiais, é fundamental que estes fiquem envoltos numa amostra da terra de onde foram retirados. Desta maneira, minimizam-se as tensões físicas de uma secagem rápida e descontrolada, que podem resultar em fissurações.

Um dos tratamentos mais importantes (e que muitas vezes é desprezado) é a remoção dos sais solúveis presentes tanto na estrutura, como na superfície das peças, isto porque os sais solúveis cristalizam em forma de eflorescências salinas no processo de secagem das peças, provocando danos estruturais e, no pior dos casos, o colapso do material (CARRASCOSA, 2009).

CASO PRÁTICO: MATERIAL ARQUEOLÓGICO DO "ALTO DA QUEIMADA"

O Alto da Queimada é um sítio arqueológico que se localiza na crista rochosa da Serra do Louro, a cerca de 2,5 km a oeste do Castelo de Palmela. Considerado uma alcaria, foi habitado por uma população dedicada fundamentalmente à atividade agrícola e ganadeira. No interior deste complexo estrutural têm sido realizadas escavações desde meados da década de 90 do século passado, determinando-se uma cronologia de ocupação que vai desde o emirado (século VIII) até

finais do califado/inícios das taifas (final do século X e inícios do século XI), com vestígios anteriores datados na época tardo-romana/visigótica (FERNANDES, 2001 e 2008; FERNANDES e SANTOS, 2012; MACHADO, SERRA e PORFÍRIO, 2009).

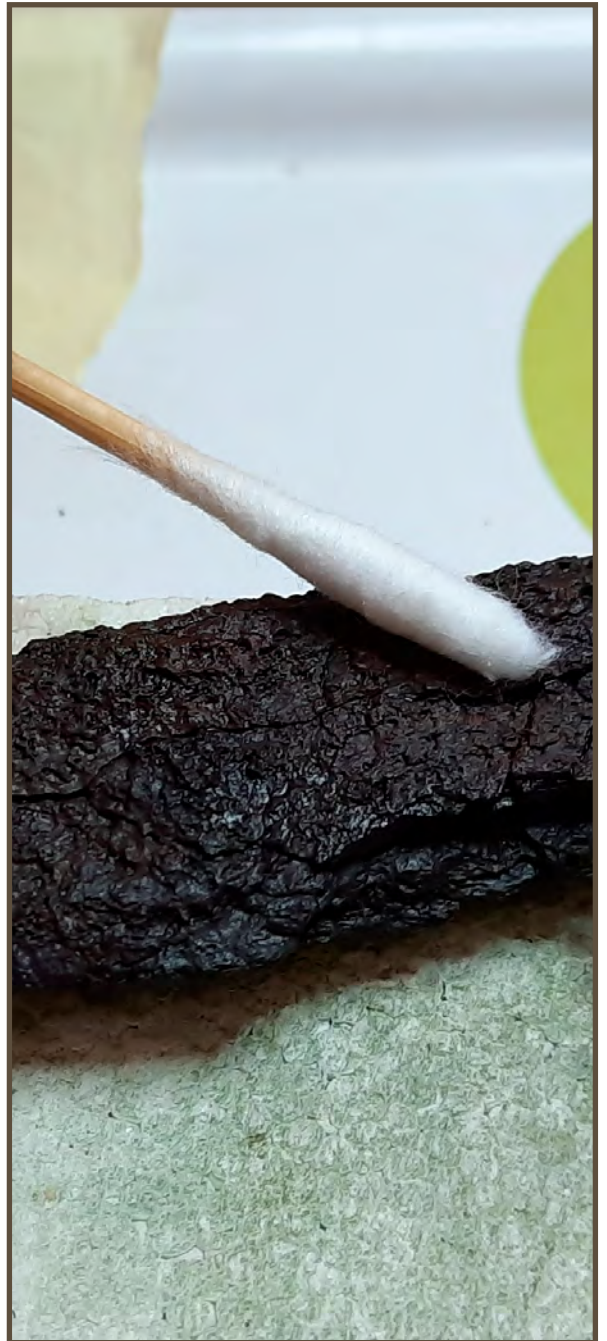
O conjunto de material arqueológico em estudo no presente artigo é composto por um total de quatro peças correspondentes a duas facas e duas espátulas, que foram exumadas nas escavações realizadas no ano 2000. Uma vez que estas peças não receberam uma limpeza adequada, nem tratamento de dessalinização, o seu estado de conservação agravou-se de forma crítica já que, posteriormente, a superfície das mesmas foi consolidada, numa tentativa de isolá-las da exposição atmosférica. O resultado desta oclusão superficial, realizada sem a prévia remoção dos sais solúveis, repercutiu no surgimento de fissuras, fraturas e escamações graves, ameaçando a integridade estrutural destas peças.



A atual intervenção de conservação e restauro, a ser executada pela empresa Arqueohoje, tem-se focado na estabilização química e física das peças, para atingir a sua salvaguarda futura. A metodologia utilizada pode-se resumir nos seguintes procedimentos:

- Remoção das camadas de proteção antigas.

Este tratamento consistiu na limpeza superficial com um isopo embebido em acetona;



- **Colagem de fragmentos.** As peças, pela sua fragilidade estrutural, já se encontravam fragmentadas. A colagem dos fragmentos foi feita com uma resina acrílica (Paraloid® B72) a 50% em acetona e com o auxílio de pinças de precisão;



- **Pré-consolidação das fissuras.** As fissuras, que se encontravam em expansão, foram consolidadas de modo preventivo para evitar possíveis ruturas, com injeções de resina acrílica (Paraloid® B72) a 3% em acetona;



- **Remoção da camada de corrosão superficial.** Visto as peças apresentarem uma camada entre 1 a 2 mm de corrosão ativa, que não foi removida na intervenção anterior, procedeu-se à remoção da mesma com mini-berbequim de precisão e ponteiros de desbaste;



- **Dessalinização.** Este tratamento, que ainda se encontra a decorrer, consiste na imersão das peças, individualmente, em água desionizada com vários ciclos de mudança de água (de 2 em 2 dias) e monitorização de cada um dos ciclos. Isto é, na primeira imersão é feita a medição dos sais solúveis presentes na água, que é baixo, servindo como valor de referência a obter-se no último ciclo do tratamento. Os sais estão diretamente relacionados com a condutividade elétrica de uma solução, ou seja, quanto maior a sua concentração na água, maior é a sua condutividade. O que é medido,

através de um condutímetro, é a capacidade da solução aquosa de conduzir eletricidade. No presente momento, as peças ainda se encontram com níveis elevados de condutividade, não sendo previsível o tempo necessário para a conclusão do processo, pois este depende da quantidade de sais que as peças absorveram no seu contacto com a terra;



- **Consolidação de fissuras.** Após terminada a dessalinização, será feita uma avaliação da coesão estrutural dos materiais e, caso necessário, serão realizadas as consolidações definitivas que garantam a sua integridade física, com injeções de resina acrílica (Paraloid® B72) a 3% em acetona;

- **Aplicação de inibidor de corrosão e de camadas protetoras finais.** O inibidor de corrosão do ferro mais eficaz é o ácido tânico, que será utilizado em dispersão de etanol, numa concentração de 15%. A ação do tanino consiste na conversão química do óxido de ferro num tanato de ferro, tornando-o num complexo muito mais estável e passivante. Após finda a estabilização química das peças, estas serão protegidas da corrosão atmosférica pela aplicação de uma camada de proteção com resina acrílica (Paraloid® B72) a 3% em acetona e, por último, uma camada de cera microcristalina a 10% em White Spirit®.

Contudo, o processo de preservação de uma peça não termina com a conclusão da intervenção de conservação e restauro. Seja qual for o seu destino - armazenamento em reserva ou exposição museológica - um ambiente controlado e monitorizado é tão ou mais importante que a própria intervenção em si para evitar futuros decaimentos do seu estado de conservação, especialmente com peças tão sensíveis como as de contexto arqueológico. É fundamental que a humidade relativa do espaço permaneça abaixo dos 45% e a temperatura entre os 15°C e os 20°C, de forma constante e sem oscilações. Este controlo do ambiente, associado à observação direta das peças, deverá ser registado metodicamente e comunicado a um conservador-restaurador caso existam alterações.

María Teresa Blázquez e Melissa Machado
(ARQUEOHOJE, Lda.)

BIBLIOGRAFIA

- CARRASCOSA MOLINER, Begoña, (2009) - "La conservación y restauración de objetos cerámicos arqueológicos", Editorial Tecnos, Madrid.
 FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2001) - A Península de Setúbal em Época Islâmica. In Arqueologia Medieval. Porto/Mértola. 7, p. 185-196.
 FERNANDES, Isabel C. F. (2008) - Alcaria do Alto da Queimada. In Roteiro da exposição: "Palmela Arqueológica. Espaços, Vivências, Poderes". Palmela: Câmara Municipal de Palmela/Museu Municipal, p. 39-41.
 FERNANDES, Isabel C. F. e SANTOS, Michelle T. (2012) - Carta Arqueológica do Concelho de Palmela. In Palmela Arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 11-24.
 MACHADO, A., SERRA, M. e PORFÍRIO, E. (2009) - Alto da Queimada. Conservação de estruturas arqueológicas. In Boletim do Museu Municipal de Palmela. n.º 11. Maio/Outubro 2009. Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 10-12.

Em destaque...

Aquedutos de Portugal Património Cultural da Água

Há mais de dois mil anos, os romanos foram pioneiros na construção de numerosos aquedutos, utilizando técnicas construtivas avançadas, associadas à arquitetura e à engenharia hidráulica. Através do famoso “Tratado de Arquitetura” escrito por Vitruvius, no século I a. C., pode-se comprovar esse profundo conhecimento nas áreas do abastecimento e do saneamento de água. Em termos da engenharia aplicada às técnicas construtivas era frequente escolher os modelos arquitetónicos que sustentavam os três princípios básicos da arquitetura clássica vitruviana, designadamente *firmitas* (solidez), *utilitas* (utilidade) e *venustas* (beleza). Para além dos aquedutos, os romanos foram responsáveis pela edificação de diferentes equipamentos hidráulicos materializados na construção de balneários, barragens, cisternas, fontes, termas, latrinas e esgotos. No início do século III d. C., a cidade de Roma era abastecida por onze aquedutos que, diariamente, transportavam cerca de mil milhões de litros de água para uma população estimada em um milhão de habitantes.

Em Portugal, o aqueduto romano de Conímbriga, construído no século I d. C. valida a herança cultural romana para os aquedutos construídos posteriormente, a partir do século XVI, ou seja, aproximadamente mil quinhentos anos mais tarde. O funcionamento destas obras hidráulicas pressupunha o fornecimento gravítico de água, público e privado (conventos, mosteiros e palácios), a partir da captação, adução, armazenamento e distribuição do precioso líquido.

Durante os séculos XVI e XVII, seguindo os padrões arquitetónicos e os princípios hidráulicos renascentistas, foram edificados alguns dos mais importantes aquedutos portugueses. Destas construções destacam-se, pelo seu arrojado e monumentalidade, o aqueduto de S. Sebastião, em Coimbra, o aqueduto de Pegões, em Tomar, o aqueduto da Usseira, em Óbidos, o aqueduto dos Canos,

em Torres Vedras, o aqueduto da Amoreira, em Elvas, o aqueduto da Água de Prata, em Évora, o aqueduto dos Arcos, em Setúbal (cujas nascentes se localizam no concelho de Palmela) e o aqueduto de Serpa.

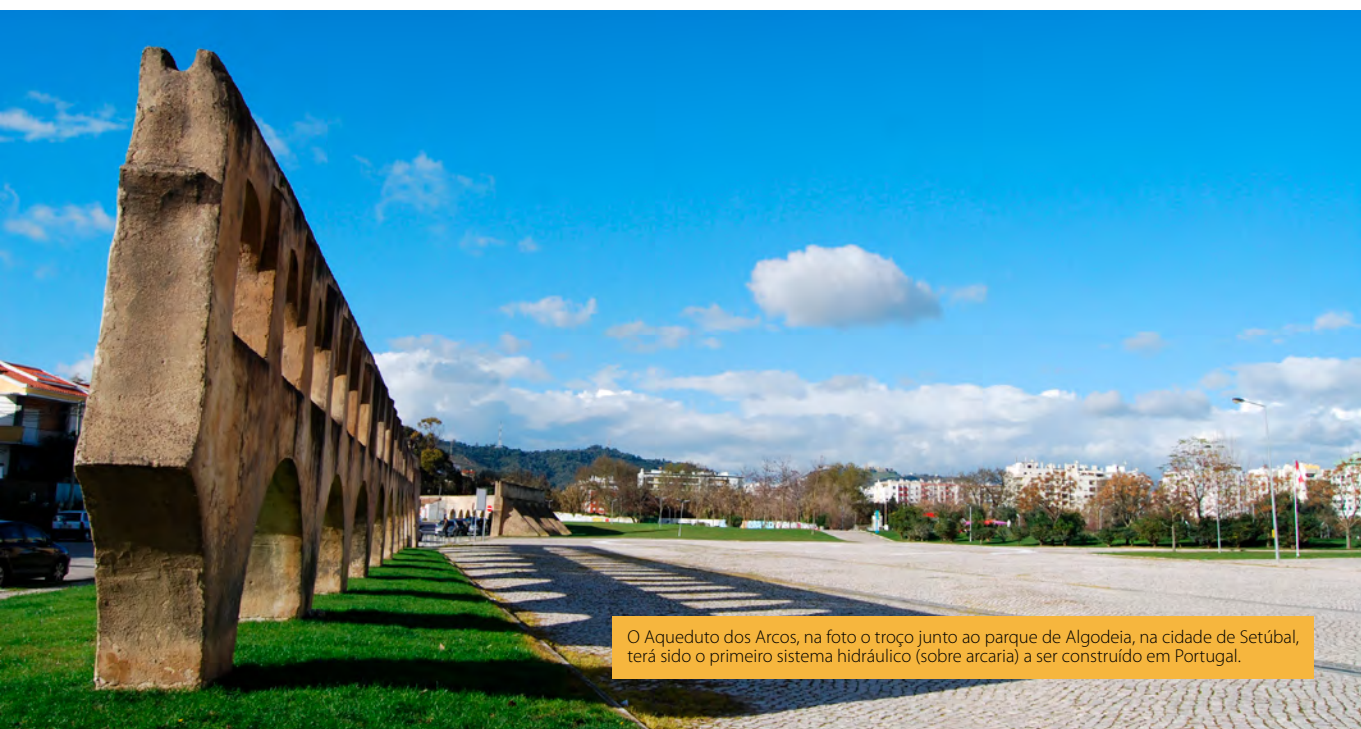
Nos reinados de D. João V (1706-1750) e de D. José I (1750-1777), porventura os mais produtivos em termos de construção de aquedutos, foram edificados, entre outros, o aqueduto de Vila de Conde, o do Lourical (Pombal), o de S. Antão do Tojal (Loures), os dois aquedutos de Queluz (Gargantada e Pendão) e os dois aquedutos do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras (Arneiro e Cacilhas). Neste mesmo período foi edificado o aqueduto do Jardim do Cerco (Mafra). Para abastecer a cidade de Lisboa foi construído o majestoso aqueduto das Águas Livres. O sistema das Águas Livres, considerado o mais complexo no Portugal de setecentos (1731-1799), sustenta uma das construções mais notáveis de sempre no contexto da engenharia hidráulica mundial.

No século XIX, alguns aquedutos foram construídos sob a dinâmica da industrialização, procurando reforçar o consumo público de água. O aqueduto do Alviela, construído entre 1871 e 1880, integra o maior sistema de abastecimento de água existente em Portugal que, na sua totalidade, entre as nascentes dos Olhos de Água (Alcanena) e o reservatório dos Barbadinhos (Lisboa), atinge os 114 quilómetros de extensão.

A referência e divulgação destas obras hidráulicas, algumas classificadas pela UNESCO como bens culturais no domínio do Património Mundial da Humanidade, como sejam os aquedutos edificados em Elvas, Évora, Mafra e Tomar, servem para partilhar o conhecimento de monumentos relacionados com a história do abastecimento de água e com o Património Cultural da Água.

Pedro Inácio

Museólogo e investigador na área do Património Cultural da Água



O Aqueduto dos Arcos, na foto o troço junto ao parque de Algodeia, na cidade de Setúbal, terá sido o primeiro sistema hidráulico (sobre arcarias) a ser construído em Portugal.

Património Local...

Palmela. Património aqui à mão.

O Serviço Educativo do Museu Municipal de Palmela desenvolve uma política de criação de recursos pedagógicos, com o objetivo de promover o património cultural local, enquanto favorece o processo de descoberta e de aprendizagem ao longo da vida.



O projeto municipal «Eu Conquisto o meu Sucesso – Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar de Palmela» enquadrado no Programa Operacional Lisboa 2020 (POR Lisboa 2020), expressou a criação de novos recursos gerados em formatos distintos e acessíveis a diversos públicos e que foram apresentados publicamente no encontro «Palmela. Património aqui à mão», realizado no dia 3 de dezembro, na Biblioteca Municipal de Palmela. São recursos que têm um potencial global muito além do enriquecimento curricular, porque divertem, promovem o património, expandem os conhecimentos de todos os que os deles beneficiarem.

Forçados pela pandemia, houve necessidade de ajustar o plano definido inicialmente e a opção foi qualificar os recursos pedagógicos através de estratégias e metodologias inovadoras. O período de confinamento conduziu-nos a formas diferentes de trabalhar, de comunicar e de produzir conteúdos.

O Baú de recursos do Património transformou-se na oportunidade, ainda mais emergente, de qualificar a oferta pedagógica e tornar mais acessível a informação. Os conteúdos produzidos marcam este processo. Permitem que a médio e longo prazo se potenciem as práticas de promoção do património em articulação com os conteúdos escolares. Cumprem a função da educação ao longo da vida. Proporcionam momentos de lazer.

Na sequência de necessidades já assinaladas pela comunidade educativa e na continuidade das investigações em curso, o castelo de Palmela e

Hermenegildo Capelo foram os temas onde incidiu a qualificação da oferta.

Surgiram as propostas de criação de jogos. Um digital, assente no método Edutainment (Educação e Entretenimento), e um filme que integra Língua Gestual Portuguesa.

Qualificaram-se duas maletas pedagógicas. A do Castelo de Palmela e a dedicada a Hermenegildo Capelo.

CASTELO DE PALMELA

No século XXI, o castelo de Palmela, monumento nacional acessível, acolhe diversas funções e serviços que convidam à sua descoberta e mantêm vivo o seu legado cultural. É objeto de estudo para investigadores nacionais e estrangeiros; um importante recurso de apoio, *in loco*, para o cumprimento dos currículos escolares; um espaço de lazer que, pela sua história e abrangência paisagística, convida a conhecer a região envolvente.

Com uma vasta história, que inclui a ocupação muçulmana durante quatro séculos e a presença ininterrupta da Ordem de Santiago, do qual foi sede a partir do século XV até 1834, data em que as Ordens Religiosas foram extintas, é ponto fulcral na paisagem, com um domínio visual que impressiona.

A visita encenada tem um guia que a orienta do princípio ao fim, num percurso que, ao passar por várias épocas e pelos diversos espaços, permite ao visitante cruzar-se com diferentes personagens tais como o Cavaleiro da Ordem de Santiago, D. Jorge ou Hermenegildo Capelo, que aí nasceu, sendo o seu pai governador da fortaleza.

Produzir, em imagens, esta viagem no tempo através de uma visita ao monumento, garante ampliar a informação e a partilha de conhecimento, fazendo-a chegar a um maior número de pessoas.

Estas personagens são interpretadas, maioritariamente, pela equipa do Museu, independentemente da sua formação ou função. Realizar este trabalho em momentos de confinamento e de teletrabalho, serviu para fortalecer o trabalho de equipa e dar resposta ao isolamento social e à impossibilidade da maioria das escolas realizarem visitas de estudo, situação provocada pela Pandemia, permitindo que o castelo se mantivesse acessível e a cumprir a sua função.

Este filme é um recurso que serve a comunidade educativa também em períodos de normalidade, como complemento ou preparação prévia da visita ao monumento, é convite para que os diferentes públicos visitem este património, é um documento que divulga, de forma lúdica, o conhecimento e a história do território. Incluir legendas e Língua Gestual Portuguesa foi um salto qualitativo do qual nos orgulhamos.

A realização, filmagem e edição foram da responsabilidade do realizador João Bordeira que afirma: «Fazer este filme, para mim, foi muito enriquecedor. Partimos do guião da visita encenada ao castelo, usámos documentos, fizemos algumas recriações... Eu aprendi imenso e fiquei a conhecer melhor parte da história de Palmela, mas muito fica ainda por contar. Espero que gostem».



HERMENEGILDO CAPELO

O jogo digital «Capelo e Ivens, explorando África» permite que várias faixas etárias aprendam novos conteúdos, enquanto se divertem. Para Marco Bettencourt, CEO da empresa que produziu este recurso, «a principal preocupação foi tornar o jogo extremamente acessível às crianças, até porque a gamificação é algo que veio para ficar e um dos melhores suportes digitais para algumas faixas etárias. O cumprir objetivos, o passar níveis, uma certa competitividade ao mesmo tempo em que se passam informações didáticas é ouro sobre azul. E pelo que temos vindo a observar e a estudar, vemos que o *edutainment* (educação e entretenimento) é algo que tem de ser explorado em todas as vias».

A Rita e o Francisco, equipa técnica que esteve associada ao jogo (programação e design), contam-nos: «um dos maiores desafios que encontramos ao longo do desenvolvimento deste videojogo foi tentar traduzir e conciliar a história da expedição de Capelo e Ivens num contexto diferente e que o mesmo, não só fosse apelativo para o público-alvo, mas também pudesse ser utilizado em contexto de aula como recurso didático. Nomeadamente, pretendíamos que o videojogo fosse desafiante para os jovens, sem ser demasiado complicado e desmotivante de jogar. Desta forma, o nosso grande objetivo foi proporcionar um ambiente de aula diferente que suscite o interesse dos alunos para a história da jornada de Capelo e Ivens e que, dessa forma, facilite a abertura dos mesmos e os motive a procurar mais informação relativamente ao tema proposto. Vemos a utilização de videojogos em contexto de aula como uma forma de agilizar e modernizar, assim como nutrir e estimular o interesse dos alunos para os conteúdos escolares a lecionar».



Todos estes processos foram alvos de ajustes permanentes. Demoraram muito mais tempo do que o previsto. Foi preciso rendermo-nos às evidências da pandemia. Reinventarmo-nos. Fazermos ajustes diários. Esperar. Confiar e acreditar que conseguimos manter uma relação de proximidade com a comunidade que servimos.

O facto de termos estado confinados e obrigados a trabalhar de outra forma, permitiu-nos continuar a acreditar que somos capazes de fazer diferente. Aprendemos novas competências, errámos, corrigimos. Repetimos. Esmorecemos, mas resistimos. Estamos felizes com o resultado.

Sandra Abreu Silva,
Animadora Sociocultural | Museu Municipal de Palmela

Colaboraram neste artigo:
João Bordeira | BMotion
Marco Bettencourt, Rita Macedo,
Francisco Domingues | Redcatpig

Património Local...

A heráldica municipal palmelense na idade moderna¹

Considerando a antiguidade de Palmela, é indubitável que esta vila tenha feito uso de armas próprias no período medieval, como era costume dos municípios portugueses. Infelizmente, porém, nenhum vestígio material de tais usos chegou aos nossos dias. O que é natural, considerando o carácter efémero de grande parte das manifestações da heráldica concelhia, aposta em bandeiras e em escudos (de couro, madeira ou metal) que eram suspensos em locais simbólicos (como portas da muralha, paços do concelho, pontes...) ou que ornamentavam o vestuário dos oficiais ao serviço da edilidade. Sem esquecer o selo, usado para a autenticação de documentos, que seria de cera como os de todos os demais municípios portugueses. Mas, mesmo desconhecendo a natureza dos sinais identitários usados pelo município palmelense na Idade Média, pode presumir-se que a heráldica da vila estivesse subordinada à da Ordem de Santiago, que nela tinha a sua sede, pois tal era a prática comum.

Tampouco os mais antigos armoriais produzidos no reino de Portugal consignam as armas palmelenses. Os primeiros códices em que se registaram as armas usadas no reino, datáveis da segunda metade do século XV ou da primeira metade do século XVI, apenas incluem heráldica de reis, de membros da família real e das linhagens nobres, não abrangendo, portanto, a heráldica concelhia. Na verdade, os primeiros armoriais a incluir este género de insígnias, surgidos já na segunda metade do século XVI, limitam-na à série restrita das cidades do reino (ou seja, na época, as povoações que eram sedes episcopais). É o caso do armorial compilado por Brás Pereira Brandão ou da sequência heráldica incluída por Pedro de Mariz nos seus *Dialogos de Varia Historia*. Há que esperar pelo século seguinte para que as armas municipais passem a integrar os armoriais portugueses. A primeira descrição conhecida das armas de Palmela encontra-se, assim, na obra *Poblacion General de España* de Rodrigo Mendes Silva, publicada em 1645. Nela se pode ler, a fl. 129, a seguinte descrição: “vna palma assida com mano de hombre entre dos Castillos, a cada lado del escudo habito, y venera de Santiago timbrado de las Reales Quinas Portuguesas”. O sucesso obtido pela obra corográfica de Mendes Silva permite compreender que esta descrição tenha sido retomada daí para a frente por outros autores, como o *Libro de Armeria del Reino de Portvgal vsv Ciudades, Villas, y Fidalgos atribuido a José Alfonso Guerra y Villegas, cronista-geral dos reinos de Castela e Leão* (hoje na Biblioteca Nacional de España, MSS/11665).

Mas nem Mendes Silva, nem os seus émulos traziam imagens das armas que descreviam. Tal lapso foi remediado na obra monumental levada a cabo por Francisco Coelho, que desempenhava o cargo de rei de armas Índia. Sendo, por isso, um oficial régio dedicado às questões heráldicas – e cioso delas frente a eruditos que escreviam sobre tais matérias sem o respaldo da autoridade régia – Francisco Coelho engendrou o projecto de compilar um códice em que estivessem representadas não apenas as armas de todas as famílias da nobreza do reino, mas também as insígnias de todas as entidades que, de um modo ou de outro, participavam igualmente na construção da monarquia portuguesa (ordens religiosas e militares, municípios, universidades...). Ao contrário dos seus predecessores, o rei de armas Índia desenhou e pintou cada uma destas armas. Por isso, no fólio 13 do seu *Tombo das Armas dos Reys e Titulares e de todas as Familias Nobres do Reino de Portugal intitulado cõ o nome de Thesouro da Nobreza* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa Forte, n.º 169), datado de 1675, encontra-se o escudo de armas da vila de Palmela. A imagem pode descrever-se como se segue: de vermelho, uma palmeira assente num terrado, ambos de sua cor, sainte do lado sinistro do terrado um braço de carnação vestido de azul, apoiado à palmeira, esta ladeada de duas estrelas de prata; chefe diminuto de verde carregado de uma cruz da Ordem de Santiago de vermelho acompanhada de duas vieiras de ouro.

Outro armorial seiscentista traz, porém, informações complementares relevantes acerca da heráldica palmelense. Trata-se da obra de um magistrado conhecido sobretudo pela sua produção genealógica, mas cujos estudos foram, na verdade, muito mais vastos: Cristóvão Alão de Morais. Os seus interesses incluíam, em lugar de destaque, a heráldica, numa abordagem que a distinguia da genealogia, como até então fora norma. Alão de Morais compilou um *Compendio das Armas dos Reynos de Portugal & Algarve & das Cidades & Villas principaes delles, Precedido de uma Introdução Summaria das Regras da Armaria* (Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 498, publicado com estudo crítico em 2013 pela editora Caminhos Romanos) que, como o título indica, consistia numa recolha dos emblemas municipais portugueses. Fê-lo com o objectivo de os recensar a todos e em exclusivo: trata-se, consequentemente, do primeiro armorial autárquico conhecido para Portugal – e um dos primeiros da Europa.

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. - no âmbito da Norma Transitória DL 57/2016/CP1453/CT0041, e dos projectos estratégicos UIDB/00749/2020 e UIDP/00749/2020.

No fólho 54 verso deste seu armorial, Alão de Morais desenhou um escudo com as armas municipais de Palmela, que não difere muito das descrições realizadas por outros autores seiscentistas. Mas, ao lado do seu desenho, o magistrado acrescentou uma descrição que, essa sim, traz elementos novos: “hum Castello que denota sua fortaleza e no meo hũa mão com hum ramo de palma em allusão ao seu nome, e ao outro lado a cruz militar de Sant-lago cuja ordem nesta Villa tem seu assento e cabeça”. Como se vê, Alão de Morais fornece uma explicação simbólica para cada uma das figuras das armas palmelenses: o castelo denota a fortaleza, ou seja, a importância estratégica da vila e da sua fortificação; o ramo de palma alude ao próprio nome, formando o que se chama de “armas falantes” (aquelas em que o nome do símbolo é similar ao da entidade representada); e finalmente a insígnia da ordem militar de Santiago, em referência à condição de Palmela como sua sede.

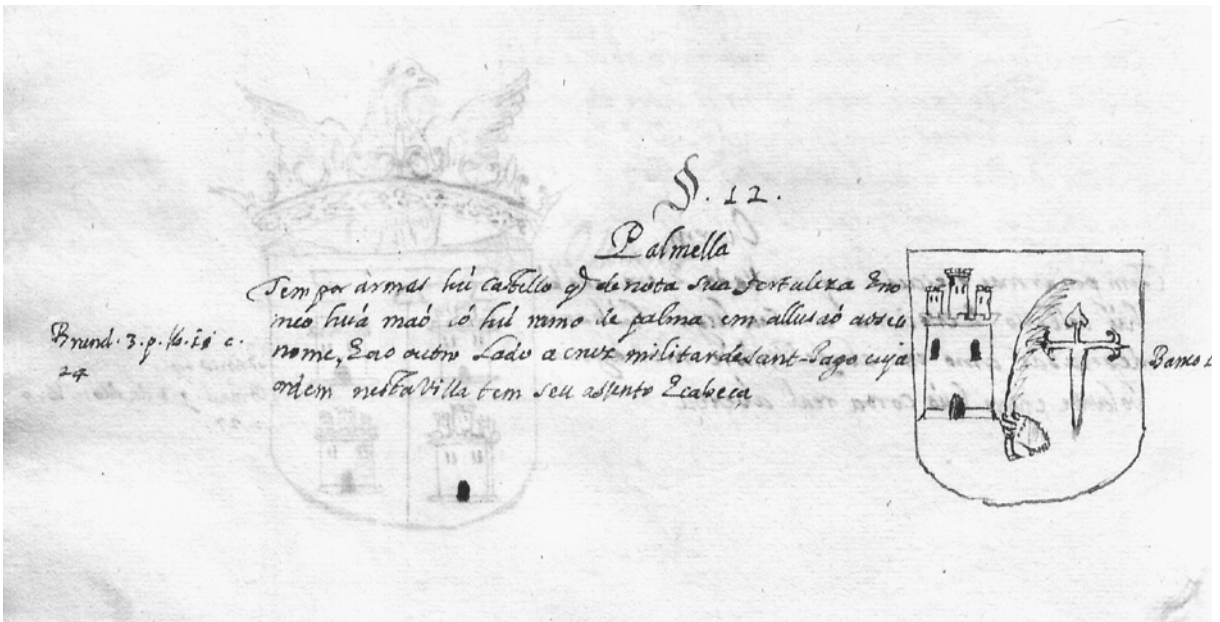
As descrições heráldicas dos armoriais do século XVII encontram eco em duas realizações arquitectónicas da centúria seguinte. Com efeito, o edifício dos paços do concelho ostenta a meio da sua elegante fachada uma bela pedra com as armas municipais encimadas, como era costume, pelas armas reais (denotando, assim, que a autoridade concelhia se subordinava à autoridade régia). Semelhante lógica volta a encontrar-se no chafariz mandado erguer por D. Maria I, encimado pelas armas reais e ladeado por dois estuques com as armas municipais.

Miguel Metelo de Seixas
Investigador do Instituto de Estudos Medievais / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

O autor não segue o Acordo Ortográfico em vigor



Pintura das armas de Palmela no Thesouro da Nobreza de Francisco Coelho, rei de armas Índia.



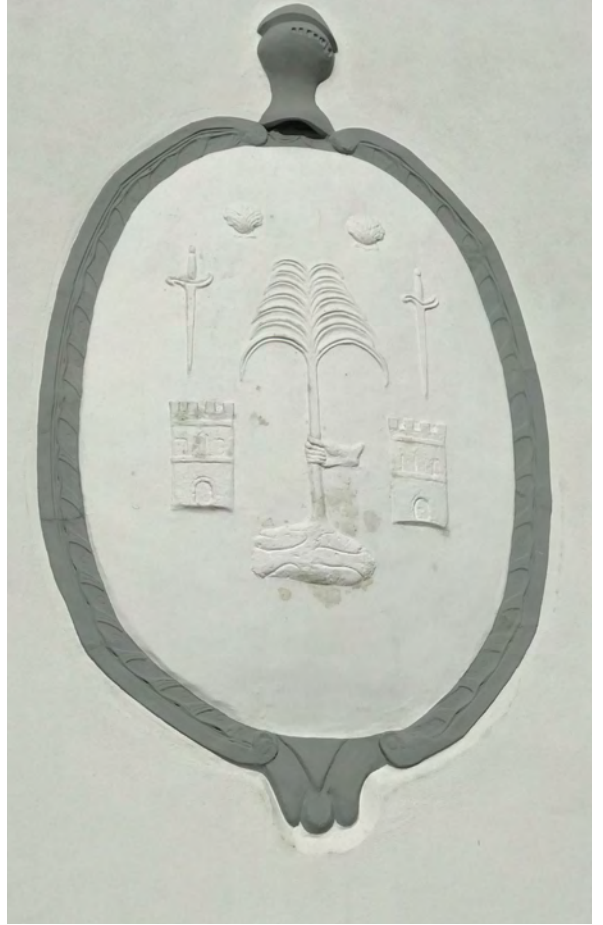
Descrição e desenho das armas de Palmela no Compendio das Armas de Cristóvão Alão de Morais.



Fachada dos Paços do Concelho de Palmela.



Pedra de armas dos paços do concelho de Palmela.



Um dos dois estuques com as armas de Palmela no chafariz de D. Maria I.



Chafariz de D. Maria I, Palmela.

Em agenda...

MUSEU – A ESTAÇÃO | ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PINHAL NOVO

Visitas guiadas aos sábados, às 15h
4 de junho | 2 julho | 6 agosto | 3 setembro*
1 outubro | 5 novembro*

«No meu tempo...» - visitas orientadas por ferroviários, às 10h00
28 maio | 25 junho | 23 julho* | 27 agosto | 24 setembro | 22 outubro | 26 de novembro

Limite de inscrições em função da capacidade do espaço. Inscrições até às 12h00 da antevéspera do dia da visita).

* Interpretação em Língua Gestual Portuguesa, mediante inscrição prévia.

Informações e inscrições: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt
Frequência gratuita
Org.: Museu Municipal - Câmara Municipal de Palmela



Audioguias: experimental!

De uso gratuito e com audiodescrição e língua gestual portuguesa, os audioguias permitem-lhe explorar o património azulejar existente no Museu – A Estação, painel a painel.

Peça-os no balcão e faça uma visita autónoma!



Espaço Cidadão, Palmela

Até 30 de junho de 2022

EXPOSIÇÃO «HERMENEGILDO CAPELO, NATURALISTA»

Exposição temporária dedicada à vertente científica da obra e vida de Hermenegildo Capelo.

Entrada Gratuita

(limite de inscrições em função da capacidade do espaço)

Org.: Junta de Freguesia de Palmela

Museu Municipal - Câmara Municipal de Palmela

4 junho | 3 julho | 6 agosto
3 setembro | 2 outubro* | 5 novembro
3 dezembro

VISITAS GUIADAS

09h30 - Visita guiada ao Centro Histórico da Vila de Palmela

Ponto de encontro – Chafariz de D. Maria I

11h30 - Visita guiada ao Castelo de Palmela

Ponto de encontro – Praça de Armas

Visitas orientadas por António Lameira, Voluntário do Museu Municipal de Palmela.

* neste dia, visita ao Centro Histórico às 14h30 e ao Castelo às 16h30

Inscrições: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt ou 21 233 6640

Limite de inscrições

(inscrições até às 12h00 da antevéspera do dia da visita)

Duração: 01h30 (em cada período)

Frequência gratuita

Org.: Câmara Municipal de Palmela



01 junho | 02 julho | 27 agosto | 17 setembro
VISITAS ENCENADAS AO CASTELO, às 20h30

Visitas acompanhadas por personagens de época, que nos orientam o olhar para a história e pormenores do castelo de Palmela, à medida que o sol se põe no horizonte.



4 a 6 de julho
FÉRIAS A CRESCER – EDIÇÃO VERÃO

A UNESCO elege o ano de 2022 como o Ano Internacional das ciências básicas para o Desenvolvimento Sustentável, tema escolhido para a edição de verão do programa «Férias a Crescer». Para melhor protegermos e salvuardarmos o património cultural e natural, podemos começar pelo que nos está mais próximo.

22 e 23 de outubro, no Cine-Teatro S. João
CURSO DIA NACIONAL DOS CASTELOS

Publicações...

O GESOS lançou, em março deste ano, as Atas do VIII Encontro sobre Ordens Religioso-Militares «Ordens Militares. Identidade e Mudança», em dois volumes, com coordenação de Isabel Cristina Fernandes.

Esta volumosa obra assinala os 30 anos dos «Encontros de Palmela», dá a conhecer 62 estudos de autores de várias nacionalidades e inclui uma seleção de imagens que nos faz viajar por esses trinta anos que tanto nos trouxeram, quer do ponto de vista da investigação, quer das relações que se foram construindo.

A ler!



Sessão de abertura do I Encontro, Igreja de Santiago, Castelo de Palmela.

[Fernando António Baptista Pereira, António Matos Fortuna, Luís Guerreiro, António Ferreira da Costa (Presidente CMP), Carlos Alberto Fernandes Pésinho (Vereador CMP) e Agostinho da Silva. 1989 (foto CMP)]

SUMÁRIO

1 | Editorial

2 | Em Investigação...
Largo da Mitra, Pinhal Novo

3 | Em destaque...
A importância da conservação preventiva no contexto arqueológico:
caso prático de peças medievais em ferro forjado
do Museu Municipal de Palmela

Aquedutos de Portugal - Património Cultural da Água

4 | Património local...
Palmela. Património aqui à mão.

A heráldica municipal palmelense na idade moderna

5 | Em agenda...

6 | Publicações

CONTACTOS

Museu Municipal de Palmela - Divisão de Bibliotecas e Património Cultural (DBPC)
Câmara Municipal de Palmela
Largo do Município
2951-504 PALMELA
Telefone: 21 233 6640 | E-mail: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

FICHA TÉCNICA

Edição: : Câmara Municipal de Palmela | Coordenação editorial: Chefe de Divisão da DBPC | Colaboram neste número: Mária Teresa Blazquez, Melissa Machado, Miguel Metelo de Seixas, Nuno Neto Monteiro, Pedro Inácio, Rute Regula, Sandra Abreu Silva

Design: Joana de Oliveira

Impressão: Traços Hábeis, Unipessoal, Lda.

ISBN: 927-8497-27-X | **Depósito legal:** 196394/03